



MINISTÉRIO DA ECONOMIA  
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital  
Secretaria de Gestão  
Departamento de Transferências da União  
Coordenação-Geral de Normas e Processos  
Coordenação de Projeto

## ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

ACT Nº 148/2021

Processo ME nº 12100.102379/2021-85.

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA,  
QUE CELEBRAM A UNIÃO, VIA  
MINISTÉRIO DA ECONOMIA, POR MEIO  
DA SECRETARIA DE GESTÃO, DA  
SECRETARIA ESPECIAL DE  
DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E  
GOVERNO DIGITAL, E O CONSELHO  
NACIONAL DO MINISTÉRIO  
PÚBLICO, PARA ADEÇÃO À REDE  
+BRASIL.**

A **UNIÃO**, via **MINISTÉRIO DA ECONOMIA**, doravante denominado **ME**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Bloco P – Brasília – DF, inscrito no CNPJ nº 00.394.460/0001-41, por meio da **SECRETARIA DE GESTÃO**, da **SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL**, doravante denominada **SEGES/SEDGG**, neste ato representada pelo Secretário de Gestão, **CRISTIANO ROCHA HECKERT**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], expedida pela [REDAZIDO], inscrito no CPF nº [REDAZIDO], residente e domiciliado em Brasília – DF, nomeado pela Portaria nº 139, de 4 de janeiro de 2019, publicada no D.O.U. nº 3-A, Edição Extra, Seção 2, de 4 de janeiro de 2019, e subdelegação de competência estabelecida pelo art. 8º da Portaria nº 17.472, de 21 de Julho de 2020, publicada no D.O.U. de 23 de julho de 2020, e, de outro lado, o **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, doravante denominado **CNMP**, com sede no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, CEP 70070-600, inscrito no CNPJ/MF nº 11.439.520/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, o Procurador-Geral da República, Exmo. Sr. **ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDO], expedida pela [REDAZIDO], inscrito no CPF nº [REDAZIDO], residente e domiciliado em Brasília – DF, nomeado pelo Decreto Presidencial de 25 de setembro de 2019, publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2019,

**RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, doravante denominado Acordo, observadas as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, da Portaria nº 33, de 22 de janeiro de 2020, e da Instrução Normativa nº 115, de 25 de novembro de 2020, mediante as Cláusulas a seguir especificadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Estabelecer a adesão à Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum, conforme especificadas no Plano de Trabalho.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EIXOS DE ATUAÇÃO

A Rede +Brasil atua em 3 eixos, na forma preconizada pela Instrução Normativa nº 115, de 2020:

I - **melhoria da gestão**: promover ações de melhoria da gestão nos processos de transferências da União;

II - **capacitação**: identificar, organizar, promover e difundir temáticas por meio da realização de cursos e encontros, com o objetivo de auxiliar os órgãos repassadores, recebedores, controle ou outros interessados, nas diferentes esferas de governo e de Poderes, na operacionalização da Plataforma +Brasil e suas ferramentas de gestão; e

III - **comunicação e transparência**: aprimorar as atividades de comunicação e transparência dos instrumentos de transferências da União operados na Plataforma +Brasil.

**Subcláusula única.** Para fins da execução do objeto deste Acordo, os Partícipes atuarão em ações nos seguintes eixos da Rede +Brasil:

- 1 - melhoria da gestão;
- 2 - capacitação; e
- 3 - comunicação e transparência.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PLANO DE TRABALHO**

Integra este Acordo o **Anexo I – Plano de Trabalho**, assinado pelos Partícipes, no qual consta o detalhamento das atividades a serem executadas, visando a atender à exigência do art. 116, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**Subcláusula única.** Durante o prazo de vigência deste Acordo, ajustes no Plano de Trabalho serão formalizados por apostilamento, exceto quando coincidirem com hipótese de Termo Aditivo, na forma da lei.

### **CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES**

Caberá aos Partícipes acompanhar a execução deste Acordo, promovendo todas as medidas necessárias para o fiel cumprimento de seu objeto, de acordo com as obrigações abaixo elencadas:

#### **I - DAS OBRIGAÇÕES DA SEGES/SEDGG/ME:**

- a. cadastrar CNPJ indicado para acesso ao Painei Gerencial da Plataforma +Brasil e disponibilizar senhas;
- b. cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho;
- c. disponibilizar o acesso ao Painei Gerencial da Plataforma +Brasil para obtenção dos dados e informações das transferências;
- d. compartilhar informações, atualizações normativas, diretrizes, conhecimentos e experiências relativas às transferências de recursos, operacionalizadas na Plataforma +Brasil;
- e. promover capacitações e disponibilizar as trilhas de ensino para a formação de multiplicadores, atualizando conteúdos;
- f. realizar eventos e reuniões técnicas de trabalho, e divulgar agendas, programações, deliberações e os resultados das atividades da Rede +Brasil; e
- g. disponibilizar fórum virtual para troca de conhecimento e dúvidas.

#### **II - DAS OBRIGAÇÕES DO CNMP:**

- a. indicar servidores, titular e suplente, que acompanharão a execução do Acordo e que atuarão como coordenador da Rede, informando nome, CPF, telefone e e-mail;
- b. cumprir as atividades estabelecidas no Plano de Trabalho;
- c. utilizar as informações disponíveis nos Painéis Gerenciais da Plataforma +Brasil;
- d. compartilhar informações, conhecimentos e experiências relativas às transferências de recursos, operacionalizadas na Plataforma +Brasil;
- e. designar servidores para participar dos cursos de formação de multiplicadores, os quais deverão atuar como replicadores do conhecimento adquirido, no âmbito de sua competência;
- f. promover capacitações, no âmbito de sua competência, garantindo a formação mínima estabelecida no Plano de Trabalho;
- g. adotar práticas de excelência para a governança e gestão de transferências de recursos da União, visando à melhoria na aplicação dos recursos públicos;
- h. disponibilizar em sítio eletrônico oficial:
  1. a programação anual das capacitações de que trata este Acordo; e
  2. o *link* de acesso da programação das capacitações e dos materiais didáticos adotados nas capacitações, divulgados na Plataforma +Brasil.

## CLÁUSULA QUINTA – DA ADESÃO DE ÓRGÃO/ENTIDADE VIA TERMO DE ADESÃO

Integra o presente Acordo o **Anexo II – Termo de Adesão**, instrumento a ser celebrado diretamente entre o Órgão da primeira camada, partícipe da Rede +Brasil, e Órgão da segunda camada, indicado no Anexo I da Instrução Normativa nº 115, de 25 de novembro de 2020.

**Subcláusula primeira.** A adesão de Órgão de segunda camada, por essa via, ocorrerá desde que se comprometa a seguir integralmente os termos do presente Acordo.

**Subcláusula segunda.** Quando da celebração do Anexo II – Termo de Adesão, caberá ao CNMP, pertencente à primeira camada, signatária do presente Acordo:

- a. publicar o extrato do Termo de Adesão celebrado em seu Portal eletrônico, de livre acesso;
- b. informar à SEGES/SEDGG, por escrito, a relação das instituições que celebrarem o Termo de Adesão, até o dia 10 (dez) do mês subsequente à referida celebração, apresentando cópia dos instrumentos assinados;
- c. fornecer, ao parceiro adeso de segunda camada, informações constantes do Painel Gerencial da Plataforma e aplicativos +Brasil;
- d. proporcionar, ao parceiro adeso de segunda camada, o suporte de capacitação; e
- e. receber da instituição da segunda camada, com a qual celebrar o Anexo II – Termo de Adesão, a indicação de um representante para ser o ponto focal de interlocução dos assuntos relacionados à Rede +Brasil.

## CLÁUSULA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES E PRESERVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As comunicações relativas ao presente Acordo serão realizadas por meio de documento oficial, enviado pelo correio, por mensagem eletrônica ou por sistema de processamento e controle de processos.

**Subcláusula primeira.** No tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, os Partícipes devem observar as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), bem como o que dispõe a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei de Acesso à Informação.

**Subcláusula segunda.** Fica vedada a utilização de quaisquer materiais e informações gerados e obtidos no âmbito da Rede +Brasil para fins comerciais.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS INTELECTUAIS

Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Acordo, integram o patrimônio dos Partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica. Mediante instrumento próprio, que deverá acompanhar o presente, devem ser acordados, entre os mesmos, o disciplinamento quanto ao procedimento para o reconhecimento do direito, a fruição, a utilização, a disponibilização e a confidencialidade, quando necessária.

**Subcláusula primeira.** Os direitos serão conferidos igualmente aos Partícipes, cuja atuação deverá ser em conjunto, salvo se estipulado de forma diversa.

**Subcláusula segunda.** A divulgação do produto da parceria depende do consentimento prévio dos Partícipes.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

O presente Acordo não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada Partícipe no âmbito de sua atuação.

## CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos Partícipes, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro Partícipe.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA

Este Acordo terá vigência de 10 (dez) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

**Parágrafo único.** Este Acordo poderá ser prorrogado nos termos da Orientação Normativa AGU nº 44, de 26 de fevereiro de 2014, não se aplicando o art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993, sendo vedada a inclusão de metas que não tenham relação com o objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Acordo poderá ser:

I - **denunciado**, por iniciativa de qualquer um dos Partícipes, quando não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e

II - **rescindido**, em decorrência de descumprimento de quaisquer das Cláusulas pactuadas e, ainda, em caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

Cabe ao Ministério da Economia a publicação do extrato do presente Acordo e seus respectivos Termos Aditivos no Diário Oficial da União, conforme dispõe o parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666, de 1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante Termo Aditivo, desde que mantido o seu objeto.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As controvérsias decorrentes da execução do presente Acordo de Cooperação Técnica, que não puderem ser solucionadas diretamente por mútuo acordo entre os Partícipes, deverão ser encaminhadas ao órgão de consultoria e assessoramento jurídico do Órgão ou Entidade pública federal, sob a coordenação e supervisão da Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal – CCAF, órgão da Advocacia-Geral da União, para prévia tentativa de conciliação e solução administrativa de dúvidas de natureza eminentemente jurídica relacionadas à execução da parceria.

**Subcláusula única.** Não logrando êxito a tentativa de conciliação e solução administrativa, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Cooperação Técnica o foro da Justiça Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, nos termos do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E assim, com aceitação plena, e por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do projeto Processo Eletrônico Nacional – PEN, assinam eletronicamente, os celebrantes, o presente instrumento para todos os fins de direito.

Documento assinado eletronicamente

<b>ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS</b> Presidente Conselho Nacional do Ministério Público	<b>CRISTIANO ROCHA HECKERT</b> Secretário de Gestão Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Ministério da Economia
---	--

## TESTEMUNHAS:

<b>Nome:</b> Carlos Vinícius Alves Ribeiro <b>CPF:</b> [REDACTED] <b>Identidade:</b> [REDACTED]	<b>Nome:</b> Regina Lemos de Andrade <b>CPF:</b> [REDACTED] <b>Identidade:</b> [REDACTED]
---	---

**ACT Nº 148/2021**

**ANEXO I – PLANO DE TRABALHO nº XX/2021**

Instrumento que integra o Acordo de Cooperação Técnica, em atendimento à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especificamente em seu art. 116.

## 1. OBJETO

Estabelecer a adesão à Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum.

## 2. JUSTIFICATIVA

Em 2008, foi implantado o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – Siconv, criado por meio do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007. Desde então, muitos avanços foram implementados na gestão das transferências de recursos, especialmente alcançados por meio das ações compartilhadas entre órgãos e entidades da Rede Siconv, criada em 2016.

Em 2017, visando, ainda, a aprimorar a aplicação dos recursos públicos, foi instituído o Modelo de Excelência em Gestão (MEG-Tr), através da Portaria nº 66, de 31 de março, e, em 2019, mediante a Instrução Normativa nº 05, de 24 de junho, tratando de critérios de excelência para a governança e gestão de transferências de recursos da União.

Considerando os avanços alcançados no âmbito do Siconv, foi instituída a Plataforma +Brasil, por intermédio do Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019, a qual permite: padronização dos processos, maior simplicidade operacional, rastreabilidade dos recursos e ampliação da integridade, da transparência e do controle social. Possibilita, ainda, a operacionalização das diferentes modalidades de transferências de recursos da União.

Por conseguinte, a Rede, antes Siconv, passou a ser denominada Rede +Brasil, conforme a Portaria nº 33, de 22 de janeiro de 2020. Os procedimentos e diretrizes necessários ao cumprimento das competências dessa Rede estão disciplinados na Instrução Normativa nº 115, publicada em 26 de novembro de 2020. Referida Rede dá continuidade aos esforços compartilhados buscando promover as mudanças para se alcançar políticas públicas mais efetivas e em prol do cidadão, atuando em 3 (três) grandes eixos: (1) melhoria dos processos de gestão; (2) capacitação; e (3) comunicação e transparência.

Nesse sentido, o **Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP)** objetiva aderir à citada Rede +Brasil para desenvolver ações conforme o objeto acima proposto, com vistas a alcançar melhorias na implementação das políticas públicas.

A adesão do **CNMP** se dá mediante a celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Gestão (SEGES), da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG), cabendo, aos Partícipes, a execução das ações, na forma proposta no presente Plano de Trabalho.

## 3. CRONOGRAMA FÍSICO

Eixos de atuação	Ação	Prazo/ Periodicidade	Responsável
<b>1</b>	<b>Melhoria da gestão nos processos de transferências da União, operacionalizadas por meio da Plataforma +Brasil</b>		
1.1	Indicar servidores que acompanharão a execução do Acordo, informando nome, CPF, telefone e <i>e-mail</i> , enviando-o para o endereço <a href="mailto:redemaisbrasil@economia.gov.br">redemaisbrasil@economia.gov.br</a> .	Durante a vigência do ACT	CNMP
1.2	Cadastrar CNPJ indicado para acesso ao Painel Gerencial da Plataforma +Brasil e disponibilizar senhas.	Até 15 dias após o início da vigência	SEGES/SEDGG
1.3	Disponibilizar o Painel Gerencial da Plataforma +Brasil.	Durante a vigência do ACT	CNMP
1.4	Apoiar Órgãos e Entidades adesos ao <b>MEG-Tr</b> na implementação do Modelo e seus instrumentos.	Durante a vigência do ACT	CNMP
<b>2</b>	<b>Capacitação dos usuários do Sistema</b>		
2.1	Elaborar cronograma de formação de multiplicadores.	Anual	SEGES/SEDGG e CNMP
2.2	Indicar servidor para atuar como Multiplicador, o qual deverá firmar o Termo de Responsabilidade – <b>Anexo A do Plano de Trabalho</b> , enviando-o para o endereço <a href="mailto:treinamento.transferencias@economia.gov.br">treinamento.transferencias@economia.gov.br</a> .	Até 60 dias após o início da vigência	CNMP
2.3	Realizar cursos na sua área de abrangência e atuação, após turma de multiplicadores.	Anual com o mínimo de 72 horas ao ano	CNMP

<b>3</b>	<b>Comunicação e transparência</b>		
3.1	Inserir <i>banner</i> para divulgação das ações da Rede +Brasil, notícia e <i>pop-up</i> em sua página oficial na <i>internet</i> .	A partir do início da vigência	SEGES/SEDGG e CNMP
3.2	Divulgar os cursos da Rede +Brasil.	Anual e sempre quando houver alteração nos cursos	SEGES/SEDGG e CNMP
3.3	Promover ações conjuntas para promoção da transparência.	Durante a vigência do ACT	SEGES/SEDGG e CNMP
3.4	Participar do Fórum Nacional das Transferências.	Anual	CNMP
3.5	Participar das reuniões técnicas de trabalho promovidas pela Rede +Brasil.	Quando convocado pela Secretaria da Rede +Brasil	CNMP
<b>Eixos combinados</b>			
1 e 3	Disponibilizar fórum virtual para troca de conhecimento e dúvidas.	10 dias a partir do início da vigência	SEGES/SEDGG
2 e 3	Disponibilizar cronograma dos cursos oferecidos pela Rede, com as datas de início e fim das inscrições de cada turma, a distância e presencial, na Plataforma +Brasil.	Durante a vigência do ACT	SEGES/SEDGG
1 e 3	Informar, à SEGES/SEDGG, a relação das instituições que celebrarem Termo de Adesão, se e quando assinados.	Até o dia 10 do mês subsequente à celebração do Termo de Adesão	CNMP
1 e 3	Compartilhar boas práticas, conhecimentos gerenciais e resultados de fiscalizações, esclarecendo e orientando no que couber.	Durante a vigência do ACT	SEGES/SEDGG e CNMP
1 e 3	Intercambiar conhecimentos, experiências e informações sobre cursos e treinamentos de interesse mútuo.	Durante a vigência do ACT	SEGES/SEDGG e CNMP

#### 4. CRONOGRAMA FINANCEIRO

O Acordo não acarretará transferência de recursos financeiros entre os Partícipes, sendo celebrado a título gratuito.

As despesas necessárias à consecução do objeto serão de responsabilidade de cada Partícipe no âmbito de sua atuação.

#### 5. ANEXOS DO PLANO DE TRABALHO

Integra o presente Plano de Trabalho:

- ANEXO A – Termo de Responsabilidade de Multiplicador; e
- ANEXO B – Termo de Responsabilidade de Ponto Focal – MEG-Tr.

#### 6. APROVAÇÃO PELOS PARTÍCIPES

APROVADO, após análise técnica.

Assinam eletronicamente, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do projeto Processo Eletrônico Nacional – PEN.

<p><b>ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS</b> Presidente Conselho Nacional do Ministério Público</p>	<p><b>CRISTIANO ROCHA HECKERT</b> Secretário de Gestão Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital Ministério da Economia</p>
--	--

#### ANEXO A – PLANO DE TRABALHO

#### TERMO DE RESPONSABILIDADE DE MULTIPLICADOR

Eu, \_\_\_\_\_, [nacionalidade] \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, expedida pelo(a) \_\_\_\_\_, servidor(a)/colaborador(a) vinculado(a) ao [Órgão] \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, nos termos do Anexo A do Plano de Trabalho que integra o **Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021**, indicado para participar dos cursos de formação de multiplicadores, **COMPROMETO-ME** a ser agente Multiplicador do conhecimento adquirido, ministrando o mínimo de 72 (setenta e duas) horas-aula anuais, a contar da certificação recebida.

A disseminação do conhecimento adquirido, por mim realizada, no(s) Módulo(s) \_\_\_\_\_ deve ocorrer de acordo com o cronograma de formação elaborado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) \_\_\_\_\_, **SEM ÔNUS para os cursistas**.

Ainda, **AUTORIZO** a divulgação de meus dados pessoais (nome completo, *e-mail* e UF) no Portal da Rede +Brasil, no menu “Profissionais Capacitados”, ciente de que referidas informações lá constarão enquanto perdurar minha condição de Multiplicador, conforme estabelecido na Instrução Normativa nº 115, de 25 de novembro de 2020.

No caso de eventual impossibilidade em ministrar o referido Curso, **COMPROMETO-ME** a entrar em contato imediato com o(a) Coordenador da Rede +Brasil, do CNMP, a fim de verificar possibilidade de remanejamento da turma para outro Multiplicador ou alteração de data do Curso.

**AUTORIZO** a SEGES/SEDGG e o CNMP, em razão do ACT nº 148/2021 supracitado, a dispor dos meus dados pessoais na estrita observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

[Local/Data] \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

#### **ANEXO B – PLANO DE TRABALHO**

#### **TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PONTO FOCAL – MEG-TR**

Eu, \_\_\_\_\_, [nacionalidade] \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF nº \_\_\_\_\_, Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, servidor(a)/colaborador(a) vinculado(a) ao [Órgão] \_\_\_\_\_, lotado(a) no(a) \_\_\_\_\_, matrícula nº \_\_\_\_\_, nos termos do Anexo B do Plano de Trabalho que integra o Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, indicado para participar dos cursos de formação de Multiplicadores do MEG-Tr, **COMPROMETO-ME** a ser agente Multiplicador do conhecimento adquirido, bem como ser o ponto focal para otimizar a implementação do Modelo de Excelência em Gestão das Transferências da União – MEG-Tr.

Ainda, **AUTORIZO** a divulgação de meus dados pessoais (nome completo, *e-mail* e UF) no Portal da Rede +Brasil, no menu “Profissionais Capacitados”, ciente de que referidas informações lá constarão enquanto perdurar minha condição de Multiplicador do MEG-Tr, conforme estabelecida na Instrução Normativa nº 115, de 25 de novembro de 2020.

No caso de eventual impossibilidade de replicar o conhecimento adquirido e de apoiar a implementação do referido Modelo (MEG-Tr), deverei entrar em contato imediato com o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), a fim de verificar possibilidade de remanejamento da atribuição de ponto focal para outro colaborador.

**AUTORIZO** a SEGES/SEDGG e o CNMP, em razão do ACT nº 148/2021 supracitado, a dispor dos meus dados pessoais na estrita observância da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

[Local/Data] \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**ACT nº 148/2021**

**ANEXO II – TERMO DE ADESÃO nº XX/20XX**

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 148/2021, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA ECONOMIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE GESTÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, E O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA ADESÃO À REDE +BRASIL.**

O **CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, doravante denominado **CNMP**, com sede no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, CEP 70070-600, inscrito no CNPJ/MF nº 11.439.520/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, o **Procurador-Geral da República**, Exmo. Sr. **ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF nº [REDACTED], residente e domiciliado em Brasília – DF, nomeado pelo Decreto Presidencial de 25 de setembro de 2019, publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2019, e o **[NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE]** interessado em celebrar o presente Termo], denominado **XXXXXXX**, CNPJ nº **XX.XXX.XXX/XXXX-XX**, com sede na **XXXXXXXXXXXX – XX**, [Cidade – UF], Cep **XX.XXX-XXX**, representado neste ato por seu (Cargo), **[NOME DA AUTORIDADE]**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº **XX.XXX.XXX**, expedida pela **XXX-XX**, CPF nº **XXX.XXX.XXX-XX**, residente e domiciliado em **XXXXXXXXXX – XX**, no uso das atribuições que lhe confere a(o) [citar a referência normativa completa que lhe dá poderes para representar o Órgão/Entidade],

**RESOLVEM** celebrar o presente **Termo de Adesão**, doravante denominado apenas **Termo**, com base na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, e no Acordo de Cooperação Técnica nº **148/2021**, mediante as Cláusulas e condições a seguir especificadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Tornar parceiro da Rede +Brasil por meio da adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, celebrado entre a União, via Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEGES/SEDGG), e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

Obrigam-se os Partícipes do presente Termo a promoverem ações de interesse comum e que visem ao cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

O **[ÓRGÃO/ENTIDADE]** ligado ao CNMP], quando couber, participará da elaboração de Plano de Trabalho e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução das ações decorrentes deste Termo, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

**Subcláusula única.** No prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da vigência do presente Termo, o **[ÓRGÃO/ENTIDADE]** ligado ao CNMP] indicará um representante para atuar como interlocutor nas ações dele decorrentes.

**CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS**

O presente Termo não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada Partícipe no âmbito de sua atuação.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo vigorará a partir de sua assinatura, respeitado o prazo estabelecido na Cláusula Décima do Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021.



## CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

Cabe ao CNMP, responsável pela celebração do presente Termo, publicar no respectivo sítio eletrônico, na rede mundial de computadores e de livre acesso, o extrato do presente instrumento.

**Parágrafo único.** O CNMP deve observar o disposto na Cláusula Quinta do Acordo de Cooperação nº 148/2021, ao qual se vincula o presente Termo de Adesão.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Termo poderá ser:

I - **denunciado**, por iniciativa de qualquer um dos Partícipes, quando não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e

II - **rescindido**, em decorrência de descumprimento de quaisquer das Cláusulas pactuadas e, ainda, em caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do objeto.

E, assim, por estarem de pleno acordo, assinam os respectivos representantes, em 2 (duas) vias.

**Nota Explicativa 1:** se o Órgão/Entidade utilizar Sistema Eletrônico de documentação reconhecido, podendo nele ser efetuada assinatura eletrônica, a redação referente à assinatura deverá ser ajustada para:

“E, assim, com aceitação plena, e por meio do Sistema Eletrônico de Informações [indicar o nome do sistema], assinam eletronicamente, os celebrantes, o presente Termo para todos os fins de direito.”

Cidade – UF, XX de XXXXX de 20XX.

<b>ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS</b> Presidente Conselho Nacional do Ministério Público	<b>XXXXXXXXX</b> Cargo [NOME DO ÓRGÃO/ENTIDADE, interessada em celebrar o presente Termo]
---	---



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Augusto Brandão de Aras, Usuário Externo**, em 05/08/2021, às 18:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Vinícius Alves Ribeiro, Usuário Externo**, em 10/08/2021, às 13:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Regina Lemos de Andrade, Diretor(a)**, em 10/08/2021, às 15:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Rocha Heckert, Secretário(a)**, em 10/08/2021, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.economia.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **17563350** e o código CRC **9EE992BB**.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 170345 - GRA/AP

Número do Contrato: 11/2019.  
Nº Processo: 17167.102553/2019-14.  
Pregão. Nº 5/2019. Contratante: GERENCIA REG. DE ADMINISTRACAO DO ME - AMAPA. Contratado: 06.140.972/0001-68 - WILSON E ROCHA REFRIGERACAO LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em sistemas de condicionamento de ar na unidade da gerência regional de administração no amapá/gra/ap. O presente termo aditivo terá vigência de 04 (quatro) meses, ou podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, ao até a conclusão do novo processo licitatório para a unificação dos contratos já com a inclusão da srt/ap, conforme art. 57, inciso ii da lei 8.666/93.. Vigência: 04/08/2021 a 03/12/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 11.666,64. Data de Assinatura: 02/08/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 02/08/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 170345 - GRA/AP

Número do Contrato: 11/2019.  
Nº Processo: 17167.102553/2019-14.  
Pregão. Nº 5/2019. Contratante: GERENCIA REG. DE ADMINISTRACAO DO ME - AMAPA. Contratado: 06.140.972/0001-68 - WILSON E ROCHA REFRIGERACAO LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em sistemas de condicionamento de ar na unidade da superintendência do patrimônio da união no amapá/spu/ap. O presente termo aditivo terá vigência de 04 (quatro) meses, ou podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, ao até a conclusão do novo processo licitatório para a unificação dos contratos já com a inclusão da srt/ap, conforme art. 57, inciso ii da lei 8.666/93.. Vigência: 04/08/2021 a 03/12/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 11.666,64. Data de Assinatura: 02/08/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 02/08/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 170345 - GRA/AP

Número do Contrato: 9/2019.  
Nº Processo: 17167.102537/2019-21.  
Pregão. Nº 5/2019. Contratante: GERENCIA REG. DE ADMINISTRACAO DO ME - AMAPA. Contratado: 06.140.972/0001-68 - WILSON E ROCHA REFRIGERACAO LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em sistemas de condicionamento de ar na unidade da gerência regional de administração no amapá/gra/ap. O presente termo aditivo terá vigência de 04 (quatro) meses, ou podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, ao até a conclusão do novo processo licitatório para a unificação dos contratos já com a inclusão da srt/ap, conforme art. 57, inciso ii da lei 8.666/93.. Vigência: 04/08/2021 a 03/12/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 33.133,32. Data de Assinatura: 02/08/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 02/08/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 170345 - GRA/AP

Número do Contrato: 13/2019.  
Nº Processo: 17167.102556/2019-58.  
Pregão. Nº 5/2019. Contratante: GERENCIA REG. DE ADMINISTRACAO DO ME - AMAPA. Contratado: 06.140.972/0001-68 - WILSON E ROCHA REFRIGERACAO LTDA - EPP. Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva em sistemas de condicionamento de ar na unidade da controladoria geral da união no amapá/cgu/ap. o presente termo aditivo terá vigência de 04 (quatro) meses, ou podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, ao até a conclusão do novo processo licitatório para a unificação dos contratos já com a inclusão da srt/ap, conforme art. 57, inciso ii da lei 8.666/93.. Vigência: 04/08/2021 a 03/12/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 9.800,00. Data de Assinatura: 02/08/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 02/08/2021).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 2/2021 - UASG 170345 - GRA/AP

Número do Contrato: 10/2019.  
Nº Processo: 17167.102548/2019-10.  
Pregão. Nº 5/2019. Contratante: GERENCIA REG. DE ADMINISTRACAO DO ME - AMAPA. Contratado: 06.140.972/0001-68 - WILSON E ROCHA REFRIGERACAO LTDA - EPP. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração das cláusulas segunda - vigência, terceira - do preço e quarta - da dotação orçamentária, do contrato original. O presente termo aditivo terá vigência de 04 (quatro) meses contados a partir de 04.08.2021 a 03.12.2021, ou, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, até a conclusão do novo processo licitatório, conforme art. 57, inciso ii da lei 8.666/93.. Vigência: 04/08/2019 a 03/08/2021. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 17.507,90. Data de Assinatura: 03/08/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 03/08/2021).

RETIFICAÇÃO

Número do Contrato: 4/2018.  
Nº Processo: 05504.029175/2018-89.  
Na publicação do DOU do dia 6 de agosto de 2021, pagina 39 , Seção 3, do T ermo Aditivo nº 00004/2021 Pregão, contrato nº 00004/2018.  
Onde se lê:  
Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 04/2018 por mais 05 (cinco) meses, nos termos do inciso ii, do art, 57, de lei 8.666/93, bem como repactuar o valor contratado por ocasião da convenção coletiva da categoria - cct 2021/2022, com registro no mte sob o nº ap000006/2021.. Vigência: 06/08/2021 a 06/01/2022. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 68.068,20. Data de Assinatura: 05/08/2021.  
Leia-sê:  
Prorrogar o prazo de vigência do contrato nº 04/2018 por mais 05 (cinco) meses, nos termos do inciso ii, do art, 57, de lei 8.666/93, bem como repactuar o valor contratado por ocasião da convenção coletiva da categoria - cct 2021/2022, com registro no mte sob o nº ap000006/2021, cujo valor do retroativo de R\$ 6.200,04 passa a ser de R\$ 3.575,88 . Vigência: 06/08/2021 a 06/01/2022. Valor total Atualizado do Contrato: R\$ 68.068,20. Data de Assinatura: 05/08/2021.

(COMPRASNET 4.0 - 05/08/2021).

GERÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO NO RIO GRANDE DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 4/2021 - UASG 170045

Nº Processo: 10469100160202066. Objeto: Escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de Limpeza e Conservação para o âmbito da Superintendência Regional do Trabalho no Rio Grande do Norte - SRTB/RN, a ser realizado na Sede em Natal, Anexo I em Natal, Gerência em Mossoró, Agências de Caicó e Currais Novos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 12/08/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Esplanada Silva Jardim, 109, Ribeira - Natal/RN ou <https://www.gov.br/compras/edital/170045-5-00004-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 24/08/2021

às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: A licitação será realizada em único item, e o critério de julgamento adotado será o menor preço. Propostas e lances no valor anual do contrato..

MARCIO ANGELO DA SILVA  
Pregoeiro

(SIASGnet - 11/08/2021) 170045-00001-2021NE000001  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM PERNAMBUCO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9/2021 - UASG 170055

Nº Processo: 10480.100273/2021. Objeto: Contratação de Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC (FIXO-FIXO e FIXO-MÓVEL) e de Serviço Móvel Pessoal - SMP (MÓVEL-MÓVEL, MÓVEL-FIXO E DADOS) nas modalidades LOCAL e LONGA DISTÂNCIA NACIONAL (LDN) visa atender às necessidades da SRA/PE, PRFN5, EPGFN/CRU, EPGFN/PLA.. Total de Itens Licitados: 5. Edital: 12/08/2021 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Alfredo Lisboa, 1168 - Bairro do Recife Antigo - Recife - Pe, Bairro do Recife Antigo - Recife/PE ou <https://www.gov.br/compras/edital/170055-5-00009-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 08h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 24/08/2021 às 10h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: .

MAURO OLIVEIRA DA SILVA  
Pregoeiro Sra/pe

(SIASGnet - 11/08/2021) 170055-00001-2021NE000001  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO EM SÃO PAULO

AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2021 - UASG 170131

Nº Processo: 10880.100109/2021. Objeto: Contratação de serviços de desmontagem, transporte e montagem de arquivos deslizantes e respectivos componentes e de serviço de transformação estrutural do arquivo deslizante de sistema eletrônico para sistema mecânico com montagem do mobiliário e fornecimento de peças, incluindo insumos e mão de obra, para atender as necessidades da Superintendência Regional de Administração do Ministério da Economia no Estado de São Paulo (SRA/SP) e da PRFN-SP. . Total de Itens Licitados: 5. Edital: 12/08/2021 das 09h00 às 17h00. Endereço: Av.prestes Maia, 733 - 14andar - Sala 1417, Luz - São Paulo/SP ou <https://www.gov.br/compras/edital/170131-5-00019-2021>. Entrega das Propostas: a partir de 12/08/2021 às 09h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Abertura das Propostas: 25/08/2021 às 15h00 no site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras). Informações Gerais: O edital estará disponível no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

WAGNER FABRI  
Pregoeiro-sra-sp

(SIASGnet - 11/08/2021) 170131-00001-2021NE800854

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

EXTRATO DE CONTRATO

ALTERAÇÃO CONTRATUAL AO CONTRATO 3395/OC-BR. ESPÉCIE: Alteração Nº 2 ao Contrato de Empréstimo Nº 3395/OC-BR, celebrado em 1º de junho de 2016, para o financiamento parcial do "Programa Viário de Integração e Logística - Ceará IV (2ª fase)". PARTES: O Estado do Ceará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. GARANTIDORA: A República Federativa do Brasil - RFB. PROCESSO Nº: 17944.001639/2014-69. DATA DE CELEBRAÇÃO: 11 de agosto de 2021. REPRESENTANTES: Pelo Estado, o Sr. Governador, CAMILO SANTANA; pelo BID, o Sr. Representante no Brasil, GUSTAVO PALMERIO; pela RFB, o Procurador da Fazenda Nacional, PAULO EDUARDO MAGALDI NETTO.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL  
SECRETARIA DE GESTÃO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Processo SEI/ME nº 12100.102379/2021-85.  
ACT nº 148/2021.  
a) Espécie: Acordo de Cooperação Técnica que celebram a União, via Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEGES/SEDGG), e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).  
b) Objeto: Estabelecer a adesão à Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum.  
c) Recursos: Não há transferência de recursos.  
d) Prazo de Vigência: 10 (dez) anos, a contar da data de sua publicação.  
e) Data da assinatura: 10/08/2021.  
f) Signatários: Cristiano Rocha Heckert, Secretário de Gestão (SEGES); Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente (CNM)

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS  
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO  
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO GRATUITA

PROCESSO: 04941.004330/2010-85  
OUTORGANTE: Superintendência do Patrimônio da União na Bahia  
OUTORGADO: Inêz Tavares Santos  
OBJETO: Direito Real de Uso de lote urbano localizado no Núcleo Habitacional da CEPLAC, Quadra 10, Casa 25, Jaçanã, Itabuna/BA, medindo 160,00 m2, destinado à moradia e integrante de área maior da União medindo 6,688 ha.  
FUNDAMENTO LEGAL: Decreto-Lei 271/1967, art. 7º e Lei 11.481/2007.  
LAVRATURA DO TERMO: em 04 de dezembro de 2012, fls. 227/229, do Livro nº BA-012-PN da SPU/BA.







## CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### ACT nº 148/2021 TERMO DE ADESÃO nº 10/2021

**TERMO DE ADESÃO AO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 148/2021, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA ECONOMIA, POR MEIO DA SECRETARIA DE GESTÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL, E O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA ADESÃO À REDE +BRASIL.**

**O CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**, doravante denominado **CNMP**, com sede no Setor de Administração Federal Sul – SAFS, Quadra 2, Lote 3, Edifício Adail Belmonte, Brasília/DF, CEP 70070-600, inscrito no CNPJ/MF nº 11.439.520/0001-11, neste ato representado por seu Presidente, o **Procurador-Geral da República**, Exmo. Sr. **ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº [REDAZIDA] expedida pela SSP-BA, inscrito no CPF nº [REDAZIDA], residente e domiciliado em Brasília – DF, nomeado pelo Decreto Presidencial de 25 de setembro de 2019, publicado na Edição Extra do Diário Oficial da União de 25 de setembro de 2019, e o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, denominado **MPBA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede na 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, Cep 41.745-004, representado neste ato por sua **Procuradora-Geral de Justiça**, **NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**, brasileira, portadora da Carteira de Identidade nº [REDAZIDA] expedida pela SSP/BA, CPF nº [REDAZIDA], residente e domiciliado em Salvador - BA, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto do Governador do Estado da Bahia de 21 de fevereiro de 2020, **RESOLVEM** celebrar o presente **Termo de Adesão**, doravante denominado apenas **Termo**, com base na legislação aplicável, notadamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, e no Acordo de Cooperação Técnica nº **148/2021**, mediante as Cláusulas e condições a seguir especificadas.

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

Tornar parceiro da Rede +Brasil por meio da adesão ao Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, celebrado entre a União, via Ministério da Economia (ME), por meio da Secretaria de Gestão, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEGES/SEDGG), e o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES**

Obrigam-se os Partícipes do presente Termo a promoverem ações de interesse comum e que visem ao cumprimento do Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, quando couber, participará da elaboração de Plano de Trabalho e se responsabilizará pelo acompanhamento e fiscalização da execução das ações decorrentes deste Termo, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto.

**Subcláusula única.** No prazo de 15 (quinze) dias, contados do início da vigência do presente Termo, o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, indicará um representante para atuar como

interlocutor nas ações dele decorrentes.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS**

O presente Termo não gera obrigação pecuniária, sendo celebrado a título gratuito, não implicando compromissos financeiros, indenizações ou transferências de recursos entre os Partícipes.

**Parágrafo único.** As despesas necessárias à consecução do objeto acordado serão de responsabilidade de cada Partícipe no âmbito de sua atuação.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA**

O presente Termo vigorará a partir de sua assinatura, respeitado o prazo estabelecido na Cláusula Décima do Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO**

Cabe ao CNMP, responsável pela celebração do presente Termo, publicar no respectivo sítio eletrônico, na rede mundial de computadores e de livre acesso, o extrato do presente instrumento.

**Parágrafo único.** O CNMP deve observar o disposto na Cláusula Quinta do Acordo de Cooperação nº 148/2021, ao qual se vincula o presente Termo de Adesão.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO**

O presente Termo poderá ser:

I - **denunciado**, por iniciativa de qualquer um dos Partícipes, quando não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; e

II - **rescindido**, em decorrência de descumprimento de quaisquer das Cláusulas pactuadas e, ainda, em caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovados, que impeçam a execução do objeto.

E, assim, com aceitação plena, e por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, assinam eletronicamente, os celebrantes, o presente Termo para todos os fins de direito.

Brasília-DF, 24 de setembro de 2021.

**ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS**

Presidente

Conselho Nacional do Ministério Público

**NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**

Procuradora-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado da Bahia



Documento assinado eletronicamente por **Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Usuário Externo**, em 27/09/2021, às 15:24, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público**, em 28/09/2021, às 19:07, conforme § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 DE NOVEMBRO DE 2020, e Portaria CNMP-PRESI Nº 77, DE 8 DE AGOSTO DE 2017.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site  
[https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?](https://sei.cnmp.mp.br/sei/controlador_externo.php?)



acao=documento\_conferir&id\_orgao\_acesso\_externo=0 informando o código verificador **0536336** e o código CRC **DD9C7336**.

---



FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 16/2021 - UASG 344001

Nº Processo: 186/2021-76 . Objeto: Inscrição da servidora Eula Cabral no XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), que é considerado o principal evento de pesquisa e de pós-graduação da área de Ciência da Informação do país. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Inviabilidade de competição Declaração de Inexigibilidade em 01/10/2021. IVANA MARIA NAPOLI FERNANDES. Cga. Ratificação em 01/10/2021. LETICIA DORNELES DA SILVA. Presidente. Valor Global: R\$ 350,00. CNPJ CONTRATADA : 18.720.938/0001-41 FUNDACAO DE DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA.

(SIDEAC - 04/10/2021) 344001-34201-2021NE111111

Controladoria-Geral da União

SECRETARIA EXECUTIVA

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E DOCUMENTAÇÃO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2021 - UASG 370003

Nº Processo: 00190106989202115 . Objeto: Inscrição de servidores no curso Aplicações de Estatística e Inteligência Artificial para Auditoria ", à distância. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25, Inciso II, c/c no Art. 13, Inciso VI, da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.. Justificativa: Curso de aperfeiçoamento, especialização profissional. Declaração de Inexigibilidade em 01/10/2021. PATRICIA DANIELE OLIVEIRA DE ALARCAO. Coordenadora-geral de Licitações, Contratos e Documentação. Ratificação em 04/10/2021. VIVIAN VIVAS. Diretora de Gestão Interna. Valor Global: R\$ 80.000,00. CNPJ CONTRATADA : 44.315.919/0001-40 FUNDACAO INSTITUTO DE ADMINISTRACAO.

(SIDEAC - 04/10/2021) 370003-00001-2021NE009237

OUIDORIA-GERAL DA UNIÃO

EDITAL DE 4 DE OUTUBRO DE 2021  
RETIFICAÇÃO DE EDITAL Nº 37/2021

O Ouvidor-Geral da União retifica o edital nº 37/2021, de de 7 de maio de 2021, publicado na edição do DOU n.º 86, de 10 de maio de 2021, seção 03, página 104, referente ao III CONCURSO NACIONAL DE FOTOGRAFIA "CIDADANIA EM FOCO".

No Anexo Único, onde se lê:

ETAPAS DO III CONCURSO NACIONAL DE FOTOGRAFIA CIDADANIA EM FOCO

ETAPA	PERÍODO/DATA
Lançamento	10/05/2021
Inscrições	10/05/2021 a 24/09/2021
Divulgação das inscrições validadas	29/09/2021
Prazo para Recurso	30/09 a 01/10/2021
Resultado final das inscrições validadas	04/10/2021
Divulgação das fotografias pré-selecionadas e abertura da votação popular no <i>hotsite</i>	06/10/2021 a 20/10/2021
Divulgação das fotografias que participarão do julgamento técnico	22/10/2021
Julgamento Técnico	até 27/10/2021
Divulgação do Resultado do Concurso	29/10/2021
Premiação	Cerimônia do Dia Internacional Contra Corrupção (data a definir)

leia-se:

ETAPA	PERÍODO/DATA
Lançamento	10/05/2021
Inscrições	10/05/2021 a 24/09/2021
Divulgação das inscrições validadas	01/10/2021
Prazo para Recurso	04/10 a 06/10/2021
Resultado final das inscrições validadas	11/10/2021
Divulgação das fotografias pré-selecionadas e abertura da votação popular no <i>hotsite</i>	11/10/2021 a 26/10/2021
Divulgação das fotografias que participarão do julgamento técnico	28/10/2021
Julgamento Técnico	até 04/11/2021
Divulgação do Resultado do Concurso	05/11/2021
Premiação	Cerimônia do Dia Internacional Contra Corrupção (data a definir)

VALMIR GOMES DIAS  
Coordenador da Rede Nacional de Ouvidorias

Conselho Nacional do Ministério Público

EXTRATOS DE ADESÃO

Processo nº 19.00.4011.0006314/2018-49. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Trabalho ao Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, celebrado entre o Ministério da Economia e o Conselho Nacional do Ministério Público. Objeto: tornar parceiro da Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum, conforme especificadas no Plano de Trabalho. Data de assinatura: 28 de setembro de 2021. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e José de Lima Ramos Pereira, Procurador-Geral do Trabalho.

Processo nº 19.00.4011.0006314/2018-49. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público do Estado da Bahia ao Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, celebrado entre o Ministério da Economia e o Conselho Nacional do Ministério Público. Objeto: tornar parceiro da Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum, conforme especificadas no Plano de Trabalho. Data de assinatura: 28 de setembro de 2021. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e Norma Angélica Reis Cardoso Cavalcanti, Procuradora-Geral de Justiça.

Processo nº 19.00.4011.0006314/2018-49. Espécie: Termo de Adesão do Ministério Público Militar ao Acordo de Cooperação Técnica nº 148/2021, celebrado entre o Ministério da Economia e o Conselho Nacional do Ministério Público. Objeto: tornar parceiro da Rede +Brasil para o desenvolvimento de ações compartilhadas de interesse comum, conforme especificadas no Plano de Trabalho. Data de assinatura: 29 de setembro de 2021. Signatários: Antônio Augusto Brandão de Aras, Presidente do CNMP, e Antônio Pereira Duarte, Procurador-Geral de Justiça Militar.

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONTRATO CNMP Nº 40/2021

Processo: 19.00.6510.0003063/2021-86. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: MR LICITAÇÕES LTDA. CNPJ: 41.687.100/0001-15. Objeto: Fornecimento de materiais de higiene e proteção, visando atender às necessidades do Conselho Nacional do Ministério Público. Modalidade: Dispensa de Licitação com fulcro no art. 24, Inciso II, da Lei 8.666/1993. Valor do contrato: R\$ 4.304,40 (quatro mil, trezentos e quatro reais e quarenta centavos). Vigência: 1º/10/2021 a 1º/10/2022. Data de Assinatura: 1º/10/2021. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.30.36 (Material hospitalar). Nota de Empenho: 2021NE000349. Signatário da Contratante: Mateus Willig Araujo. Signatário da Contratada: Marcelo Ricardo Ditttrich Naves.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 38/2020

Processo: 19.00.6182.0003560/2021-26. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: NIVA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA. CNPJ: 09.053.350/0001-90. Finalidade: Prorrogar a vigência do item 1 (item 3.1 do Termo de Referência - Serviços de manutenção e suporte técnico) do Contrato CNMP nº 38/2020 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 22/12/2021 e 22/12/2022, nos termos previstos na Cláusula Quinta, alínea "a", do contrato original. Valor do Termo: R\$ 148.200,00 (cento e quarenta e oito mil e duzentos reais). Data de Assinatura: 1º/10/2021. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39.17 (Manutenção e conservação de máquinas e equipamentos). Nota de Empenho: 2021NE000044. Signatário da Contratante: Mateus Willig Araujo. Signatário da Contratada: Ronei Souza de Machado.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO CNMP Nº 35/2020

Processo: 19.00.1500.0004220/2021-56. Contratante: Conselho Nacional do Ministério Público. CNPJ: 11.439.520/0001-11. Contratada: MCR SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA. CNPJ: 04.198.254/0001-17. Finalidade: I - Prorrogar a vigência do Contrato CNMP nº 35/2021 por 12 (doze) meses, compreendendo o período entre 19/12/2021 e 19/12/2022, nos termos previstos na Cláusula Quinta do instrumento original; e II - Acrescer, a partir de 19/12/2021, 1 (uma) Subscrição de Adobe Creative Cloud for Teams, equivalente a aproximadamente 11,11% (onze vírgula onze por cento) do item 1 da Cláusula Sexta, conforme dispõe a Cláusula Quatorze do contrato original e o art. 65, inciso I, alínea "b" e §1º, da Lei nº 8.666/1993. Valor do Termo: R\$ 59.400,00 (cinquenta e nove mil e quatrocentos reais). Data de Assinatura: 1º/10/2021. Programa (PTRES): 174664. Fonte: 0100000000. Natureza da Despesa: 3.3.9.0.40.06 (Locação de softwares). Nota de Empenho: 2021NE000352. Signatário da Contratante: Mateus Willig Araujo. Signatário da Contratada: Márcia Caetano da Silva.

Ministério Público da União

PROGRAMA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DO CREDENCIAMENTO Nº 1.102/2021

Termo de Credenciamento nº 1102/2021, celebrado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO e o INSTITUTO ORTOPÉDICO E MEDICINA ESPORTIVA LTDA para prestação de serviços médicos. PGEA: 1.00.000.015253/2021-65. Vigência: 29/09/2021 a 28/09/2026. Assinatura: pelo Credenciante SÔNIA MÁRCIA FERNANDES AMARAL (Diretora Executiva) pelo Credenciado JOSÉ HUMBERTO DE SOUZA BORGES (Administrador).

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

EXTRATO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Termo de Cooperação Técnica nº 28/2021. Espécie: Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA MPDFT N.º 08191.082055/2021-74. Partícipes: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT, CNPJ: 26.989.715/0002-93 e Ministério Público de Minas Gerais - MPMG, CNPJ: 20.971.057/0001-45. Objeto: A cessão do software "Robocon, o Robô do Consumidor", criado pelo MPDFT, ao MPMG, para captar as demandas registradas em órgãos de proteção ao consumidor de forma automatizada, realizar triagem inteligente das demandas e simplificar o exame de demandas pelo especialista, ampliando a capacidade de atuação das Promotorias do Consumidor, gerando maior proatividade no enfrentamento de problemas conhecidos e emergentes, além de aumentar a capacidade de fiscalização de acordos. Vigência: O presente Termo de Cooperação terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de assinatura deste termo. Signatários: MPDFT: FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO, Procuradora-Geral de Justiça. MPMG: JARBAS SOARES JUNIOR, Procurador-Geral de Justiça. Data de assinatura: 12/8/2021.

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Contratantes: União Federal por intermédio do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a empresa ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL - ABES. Processo: 08191.124932/2021-91. Objeto: Participação de uma servidora no "31º Congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES", com carga horária total de 20 horas, na modalidade a distância (EaD). Valor total: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais), Fundamento Legal: Inexigibilidade de Licitação, art. 25, "caput", da Lei nº 8.666/93. Autoridade Superior: RENATO LUQUEIZ SALLES - Secretário-Geral Adjunto do MPDFT, em 1/10/2021.

